



Luxemburgo, 20 de junho de 2016
(OR. en)

10392/16

DEVGEN 139
COHAFA 46
ACP 93
RELEX 539
ALIM 14
AGRI 354
FAO 31
SAN 268

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

data: 20 de junho de 2016

para: Delegações

n.º doc. ant.: 10339/16

Assunto: Conclusões do Conselho sobre segurança alimentar e nutricional
- Conclusões do Conselho (20 de junho de 2016)

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre Segurança alimentar e nutricional, adotadas pelo Conselho na sua 3477.^a reunião, realizada em 20 de junho de 2016.

Conclusões do Conselho sobre segurança alimentar e nutricional

1. O Conselho saúda o segundo relatório bienal consolidado sobre a execução dos compromissos da política da UE em matéria de segurança alimentar e nutricional¹ e congratula-se com a renovação desses compromissos. O Conselho saúda igualmente a apresentação do primeiro relatório intercalar sobre o plano de ação da Comissão em matéria de nutrição de julho de 2014². Reconhecendo a importância desses relatórios como instrumentos de prestação de contas que contribuem para uma maior eficácia da ajuda ao desenvolvimento, tendo registado os resultados do desempenho da UE para o ano de 2014 e recordando as suas conclusões sobre o primeiro relatório bienal sobre a execução dos compromissos da política da UE em matéria de segurança alimentar e nutricional³, bem como as conclusões anteriores desde 2010 neste domínio de ação, o Conselho conclui o seguinte:

Execução dos compromissos da política da UE em matéria de segurança alimentar e nutricional, segundo relatório bienal

2. Têm-se registado progressos importantes na melhoria da segurança alimentar mundial e o índice global da fome revela que o índice da fome diminuiu 27 % desde 2000. No entanto, o Conselho está preocupado por o número total de pessoas que sofrem de subnutrição crónica ser, ainda assim, de 795 milhões. O Conselho saúda o segundo relatório consolidado sobre a política da UE em matéria de segurança alimentar e nutricional e o facto de a UE e os seus Estados-Membros terem desempenhado um papel crucial ao influenciarem os principais acordos e compromissos mundiais celebrados em 2014 e 2015, terem renovado os compromissos políticos em matéria de segurança alimentar e nutricional e, em alguns casos, terem melhorado substancialmente a sua atenção e financiamento desde o primeiro relatório. O Conselho apoia as recomendações do relatório e gostaria de salientar os seguintes aspetos:

¹ 9978/16 – COM (2016) 244 final.

² 9467/16.

³ 9141/15.

- 2.1. Manter a segurança alimentar e nutricional mundial no topo da agenda da UE de cooperação para o desenvolvimento e manifestar um apoio visível na Agenda 2030 à implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Tomando os ODS como enquadramento principal, a UE e os seus Estados-Membros deverão tornar o compromisso mais explícito em termos de comunicação de resultados sobre segurança agrícola, alimentar e nutricional. Solicita-se à Comissão que, a fim de indicar de que modo a contribuição da UE melhora a vida das crianças com atrasos de crescimento⁴ e dos pequenos agricultores (dos quais pelo menos 50 % são mulheres), proponha, em coordenação com os Estados-Membros, indicadores e metodologias comuns eficientes que possam facilitar o apuramento de resultados no sentido dos ODS relevantes, em especial do ODS n.º 2. Esse trabalho deverá complementar o trabalho já realizado sobre os indicadores dos ODS.
- 2.2. Reforçar uma abordagem integrada das várias partes interessadas no combate ao problema da segurança alimentar e nutricional. A UE e os seus Estados-Membros, em conjunto com os governos dos países parceiros, devem trabalhar proativamente com parceiros multilaterais, organizações da sociedade civil e o setor privado, nomeadamente com micro, pequenas e médias empresas, de modo a alcançar investimentos sustentáveis e resultados duradouros. Deverá continuar a colocar-se a tónica em transformar o papel das mulheres e dos jovens, especialmente os que vivem em situações de fragilidade e de conflito, em assegurar às mulheres a igualdade de acesso aos recursos e em reforçar a resiliência (climática) das comunidades vulneráveis, também mediante o desenvolvimento de capacidades. O próximo relatório de execução poderá ter por objetivo desenvolver dados de base relativos ao nível de envolvimento das partes interessadas e à aplicação de abordagens integradas, resistentes às alterações climáticas e de práticas agrícolas sensíveis à nutrição em todos os programas da UE e dos Estados-Membros.

⁴ O atraso de crescimento indica uma subnutrição crónica e é caracterizado por uma baixa estatura quando comparada com a de outras crianças da mesma idade (definição da OMS).

- 2.3. Melhorar os mecanismos para fomentar a participação responsável do setor privado e o investimento, e retirar ensinamentos dos modelos empresariais inclusivos. A UE e os seus Estados-Membros estão a trabalhar cada vez mais em parceria com o setor privado para promover uma mudança significativa para os pequenos agricultores em regime de exploração familiar, dando especial atenção ao papel e ao contributo das mulheres para a segurança alimentar e nutricional. Neste contexto, é fundamental assegurar que estes pequenos agricultores em regime de exploração familiar conseguem beneficiar de cadeias de valor a nível nacional, regional e mundial, e contribuir para o crescimento inclusivo e sustentável do setor agrícola. A este respeito, o Conselho incentiva a criação de parcerias público-privadas eficazes, que assegurem mecanismos de governação nos quais as organizações de produtores e da sociedade civil tenham uma palavra a dizer, a fim de aplicar os Princípios para o Investimento Responsável em Sistemas Agrícolas e Alimentares do Comité da Segurança Alimentar Mundial e implementar as Diretrizes Voluntárias para uma Gestão Responsável da Posse da Terra, Pescas e Florestas, no Contexto da Segurança Alimentar Nacional.
- 2.4. Reconhecer a transformação rural como um processo fundamental para criar emprego decente, aumentar o rendimento e o crescimento económico, e alcançar os objetivos de segurança alimentar e nutricional a longo prazo, especialmente ao nível das mulheres e dos jovens. Este aspeto está ainda estreitamente ligado à resposta à desigualdade económica, à migração e à urbanização. É necessário envidar mais esforços para criar condições para o investimento sustentável, em infraestruturas e no desenvolvimento económico nas zonas rurais. Nomeadamente, devem ser tidas em conta as alterações climáticas e devem ser desenvolvidas estratégias sustentáveis para as combater. Além disso, as ameaças sanitárias transfronteiras, como a resistência antimicrobiana, são um fator que deve ser acompanhado de perto.
- 2.5. Garantir a continuidade dos investimentos em investigação e inovação, nomeadamente na digitalização, e aumentar as medidas que reforcem o impacto desses investimentos. O Conselho incentiva a UE e os seus Estados-Membros a trabalharem em conjunto para acelerar o acesso dos agricultores à inovação e reforçar as parcerias entre institutos de investigação europeus e dos países parceiros a favor de uma eficácia de longo prazo.

2.6. Continuar a melhorar a coordenação entre a UE e os Estados-Membros e a coordenação com outros doadores na resposta a dar aos desafios da segurança alimentar e nutricional, bem como do desenvolvimento agrícola. A este respeito, o Conselho incentiva a prossecução dos trabalhos sobre a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) e a programação conjunta⁵. O Conselho apela aos Estados-Membros para prosseguirem as iniciativas ou ações concretas – nomeadamente, o trabalho conjunto em matéria de análise, diálogo político, acompanhamento e avaliação, e de melhoria dos quadros de resultados – em, pelo menos, cinco países parceiros durante o próximo período de referência.

Primeiro relatório intercalar sobre o plano de ação em matéria de nutrição

3. O Conselho saúda a análise da situação e das tendências atuais sobre o atraso de crescimento até 2025 para cada um dos 40 países em destaque no plano de ação em matéria de nutrição. Essa análise é um poderoso instrumento para melhorar a nossa compreensão das tendências e projeções por país sobre o atraso de crescimento e para reforçar o diálogo com os governos, a comunidade internacional de doadores e as outras partes interessadas. Pode igualmente constituir uma base útil para a definição de metas nacionais realistas sobre o atraso de crescimento pelos governos e os parceiros interessados.
4. O Conselho sublinha a importância de uma coordenação reforçada entre a Comissão e os Estados-Membros na definição da programação e das prioridades no domínio da nutrição, mediante o intercâmbio de ensinamentos recolhidos e conhecimentos especializados, sobretudo os relativos a instrumentos e indicadores de avaliação de impacto sobre a nutrição.

⁵ 8831/16.

5. O Conselho saúda o relatório intercalar da Comissão sobre os investimentos da UE em nutrição para o período de 2010 a 2014⁶, e recomenda a aplicação da metodologia de notificação conjunta aprovada ao nível do grupo de doadores do Movimento "Reforçar a Nutrição" (*Scaling Up Nutrition – SUN*) a fim de garantir a coerência entre doadores. O Conselho encoraja a comunicação regular dos compromissos financeiros em nutrição pela UE e pelos Estados-Membros, em particular pelos países que assumiram compromissos no âmbito do Pacto "Nutrição para o Crescimento" de 2013. O Conselho convida a Comissão a assegurar uma comunicação regular nos termos do atual relatório intercalar para informar acerca dos progressos alcançados na prossecução da sua política de nutrição e dos seus objetivos financeiros. O Conselho convida igualmente os Estados-Membros a comunicarem regularmente quais são os progressos alcançados, os países prioritários e os setores de intervenção para alcançarem os respetivos objetivos de nutrição.
-

⁶ 9978/16 ADD 1 – SWD (2016) 155 final. A UE comunica os valores dos investimentos em nutrição para o período de 2010 a 2014. Os investimentos relativos a 2014 ascenderam a 454,57 milhões de euros. Esse valor foi comunicado e será igualmente publicado no relatório mundial sobre nutrição de 2015-2016. A França, a Alemanha, a Irlanda, os Países Baixos e o Reino Unido comunicaram também os valores dos investimentos em nutrição para esse relatório mundial com recurso à metodologia de notificação do grupo doador SUN.